Aborto: uma questão de saúde, uma questão de classe

Luiz Cesar de Paiva Reis, servidor da Justiça Federal – Caraguatatuba/SP

Venho manifestar sobre a discussão envolvendo aborto, por conta de ter presenciado de perto o drama que envolve a questão, desde minha adolescência de pobre na periferia da zona norte de São Paulo, geograficamente no Jardim Pery, bem como meu ponto de vista, que, de pronto, afirmo ser uma questão de dignidade e cidadania das mulheres terem direito ao aborto legal e seguro.

Para tanto, resolvi apresentar em tópicos a minha opinião sobre a questão:

1- Os maiores incentivadores do aborto são os "parceiros" das mulheres que se encontram diante da gravidez indesejada. Presenciei alguns casos, ao longo dos mais de 50 anos de vida, de homens que ameaçaram até de morte, que assediaram com todo um repertório cruel, com ameaças e agressões, e que rogaram calorosamente pelo aborto, inclusive custeando o "remedinho" ou o procedimento na "boca de porco", com o intuito de se livrar da paternidade e, automaticamente, daquela mulher, agora irremediavelmente "riscada do mapa" da vida deles. Estes nunca são ou foram responsabilizados ou acusados como criminosos por promoverem o aborto.

2- Acompanhei pessoalmente o drama de um aborto em clínica clandestina lá na minha juventude, da qual uma amiga teve que recorrer e que, na falta de apoio do parceiro e no medo de apresentar a questão para a família me procurou para acolhida após o procedimento, para conseguir um local onde ela não fosse incomodada e pudesse se recuperar. Acompanhei toda a aflição, o medo e a insegurança de ter que esconder tudo, a dificuldade de conseguir os altos valores exigidos para o procedimento, o trauma do procedimento em si e o dilema de recusar a maternidade sem nenhuma assistência profissional, a sequela psicológica para uma menina à época, que a pouco havia deixado a puberdade, e a ansiedade de rapidamente estar de pé e bem para não aparentar para a família e a sociedade o que havia ocorrido. Sua vida esteve em risco, teve hemorragias e foi necessário retornar na clínica para nova consulta, mas enfim, ela sobreviveu e amadureceu muitos anos em poucos dias.

3- A sorte que esta jovem a época teve não é a mesma de tantas outras mulheres, que morrem todos os dias, por não terem acesso a métodos seguros e atendimento para a realização desses procedimentos. Porque haja ou não proibição legal, haja ou não condenação religiosa, o aborto sempre foi e sempre será praticado. Não resolve nada acusar a mulher de crime ou pecado. A mulher quase sempre está sozinha diante da escolha. A decisão cabe a ela e deveria ser respeitada pela sociedade e garantida pelo Estado.

4- Recusar a maternidade deveria ser um direito e a questão que envolve o período após a concepção em que tal procedimento poderia ser realizado extrapola a discussão pretendida. Um aborto muito precoce certamente não está matando uma pessoa. Da mesma forma que a constatação de que a liberação do uso de drogas não causou aumento de viciados em todos os países que evoluíram sua legislação neste sentido, também não existe aumento de abortos em países em que a legislação permite o procedimento.

5- A falta de atualização na legislação que envolve o aborto e sua liberação, dentro de respectivas condições, afronta os mais básicos direitos da mulher, que por criminalizar o procedimento, atira esta mulher ao obscuro mundo das clínicas clandestinas e das receitas caseiras para interrupção da gravidez, jogando vidas tão jovens fora.

6- O aborto inseguro é questão de saúde pública, que ceifa a vida de mulheres jovens e pobres no Brasil. Fechar os olhos a isso é de extrema perversidade social e revela como a questão de classe está presente na realidade cotidiana do país e, quando o tema é o aborto, torna ainda mais dramático. As mulheres pobres morrem no limbo, solitárias e abandonadas à própria sorte.

7- O mundo está mudando e os avanços históricos da humanidade são precedidos por retrocessos. A cultura machista e autoritária que cerca o tema do aborto será rompida em algum momento próximo. O direito de decidir sobre o seu próprio corpo, independente de gênero, é o desafio.